

# REFORMULAÇÃO NOS BANCOS

Liana Verdini e  
Ana Júlia Pinheiro  
Da equipe do **Correio**

O governo começa a cumprir uma das promessas feitas na semana passada à direção do Fundo Monetário Internacional (FMI). O futuro das instituições financeiras federais estará definido até o fim do ano, com base num amplo estudo que começará a ser feito a partir de março. A intenção é evitar que Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco da Amazônia e Banco do Estado de São Paulo (Banespá) atuem nas mesmas áreas, competindo entre si.

Até o fim deste mês, os parâmetros para a elaboração do estudo estarão definidos. Todo o trabalho precisa estar concluído até 31 de outubro, para ser submetido a audiência pública e receber as sugestões da sociedade. As autoridades da área econômica pretendem implementar as mudanças a partir do próximo ano. Tudo isso foi definido na reunião de ontem do Comitê de Coordenação Geral das Instituições Financeiras Públicas Federais (Comif) do Ministério da Fazenda, que passará a se reunir mensalmente para acompanhar o processo de reestruturação do sistema financeiro público. O Comif não se reuniu desde outubro de 1997. Participaram da reunião de ontem representantes dos ministérios da Fazenda e do Orçamento e Gestão e do Banco Central, além dos presidentes do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do BNDES, do Banco da Amazônia e do Banco do Estado de São Paulo (Banespá).

O governo não descarta a possibilidade de fusão de algumas áreas operacionais de dois ou mais bancos ou até mesmo de instituições inteiras. As outras alternativas cogitadas na área econômica são a transformação em agência de desenvolvimento ou em banco de segunda linha (de tamanho mais modesto e atuação mais discreta) e a busca de parceiros estratégicos, como já vem ocorrendo em algumas áreas do Banco do Brasil, especialmente na de seguros e previdência privada.

## DINHEIRO

O Brasil deve receber até o fim deste mês US\$ 1,1 bilhão do dinheiro que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) se comprometeu a liberar no pacote de ajuda ao país. O empréstimo já foi aprovado pela direção do organismo e também pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, só faltando passar pelo plenário da casa.

Todo esse dinheiro será usado para o BNDES financiar micro e pequenas empresas. O restante da ajuda do BID, no valor de US\$ 3,4 bilhões, também já tem destino certo. Uma parcela de US\$ 2,2 bilhões será usada em projetos sociais e outra de US\$ 1,2 bilhão servirá de novo reforço para o BNDES financiar empresas de menor porte.

"Cerca de 80% a 90% do total do dinheiro (US\$ 4,5 bilhões) será liberado ainda este ano", explicou o gerente operacional do BID, Ricardo Santiago. "A discussão sobre a segunda parcela precisa ser submetida ao board do Banco, mas sua liberação deve se dar no segundo semestre". De 10% a 20% desse valor entrará para os cofres da União até março do ano 2000.

Santiago informou ainda que na conversa de ontem com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, ficou assegurado que o país respeitará as condições fixadas no contrato de empréstimo. O país está obrigado a entrar com uma contrapartida em dinheiro e a manter os projetos da área social financiados com recursos do BID. "Os novos cortes no Orçamento da União não vão atingir esses projetos", afirmou Santiago.